

2.4

A PESSOA DO PSICOTERAPEUTA

Constança Biscaia, Sónia Figueiredo

O processo psicoterapêutico tem sempre na sua base uma relação com uma natureza e especificidade próprias, entre duas ou mais pessoas, sendo que uma delas é o psicoterapeuta. Esta afirmação pressupõe uma compreensão do processo psicoterapêutico, na qual a relação não é apenas um contexto para aplicação de uma técnica terapêutica, mas um elemento fundamental no processo de mudança. Conceptualizar a psicoterapia enquanto encontro de duas ou mais (quando pensamos na psicoterapia de grupo) subjectividades faz-nos também perceber que ambas são inevitavelmente participantes. Realidade esta que põe em causa a ideia do psicoterapeuta como observador neutro e objectivo, remetendo-nos para a irredutibilidade da sua subjectividade (Renik, 1993). O que significa que o psicoterapeuta está inevitavelmente lá, com a sua realidade psíquica e a sua circunstância. E está lá enquanto observador, mas também enquanto actor, participante activo nesse jogo de intersubjectividades, influenciando com aquilo que é o que acontece no processo terapêutico. Isto faz com que a intervenção psicológica nunca seja uma intervenção puramente técnica, sendo sempre um acto de relação, co-criada pelo

cliente e pelo psicoterapeuta, remetendo-nos para a importância da pessoa que este é e para a forma como se pode usar a si mesmo como instrumento terapêutico.

Partindo destas considerações, neste capítulo, procuramos pensar sobre o lugar da pessoa do psicoterapeuta a partir da investigação sobre psicoterapia e dos estudos sobre o desenvolvimento profissional, para tecermos algumas reflexões sobre a forma como o *self* profissional do psicoterapeuta é tocado e integra o seu *self* pessoal (Gerson, 2009), questionando as implicações que isso traz para o seu trabalho.

INTRODUÇÃO

Desde os inícios da psicoterapia enquanto forma de intervenção psicológica que se questiona a importância da pessoa do psicoterapeuta. É assim que vemos desde logo em Freud, a referência à necessidade de um contínuo trabalho sobre si próprio, para que a contratransferência, inicialmente vista apenas como obstáculo, não impeça o processo terapêutico. Aqui, é ainda a importância de um terapeuta objectivo, espelho neutro, que está presente, mas também é, desde logo, sublinhada a importância do mundo interno deste, nomeadamente dos seus conflitos inconscientes não resolvidos, os quais, reactivados pelos conflitos do paciente, se transformam em resistências ao processo terapêutico, remetendo para a necessidade de um contínuo trabalho do terapeuta sobre si próprio.

Quando Rogers (1957), partindo da importância da relação, define como condições necessárias ao processo de mudança a genuinidade e congruência com que o terapeuta está na relação, a sua capacidade de compreensão empática e de aceitação incondicional do cliente, dá um novo enfoque à pessoa do terapeuta, enquanto elemento central no processo terapêutico. Como refere o próprio Rogers (1961, p. 33), “quanto mais o terapeuta é ele próprio na relação, maior é a probabilidade de o cliente mudar e crescer de maneira construtiva”.

Com o aprofundamento da importância da relação na psicoterapia, esta deixa de ser apenas uma condição prévia à mudança, para se tornar

um factor fundamental neste processo de mudança. E aí ganha força a ideia de que só é possível compreender este processo, se o olharmos como um encontro onde duas pessoas interagem, num espaço intersubjectivo mutuamente criado. O mesmo é dizer que não há um sujeito e um objecto sobre o qual incide a psicoterapia, mas sim dois sujeitos, duas subjectividades que se encontram e reconhecem, criando-se mutuamente num espaço intersubjectivo que resulta, ele também, do encontro entre ambos. Neste espaço, o terapeuta oscila entre uma posição de máxima assimetria (é dele a responsabilidade do que acontece) e de máxima simetria (o que se passa na relação é da responsabilidade de ambos) (Ferro & Basile, 2009). O que significa que o terapeuta tem de estar lá e que tudo o que faz está inevitavelmente marcado por aquilo que é, pela sua forma de estar e de se relacionar, pelas suas experiências e pelo seu próprio desenvolvimento pessoal (Winnicott, 1949).

Embora a importância que é dada à contratransferência e a forma como é utilizada varie em função dos diferentes modelos teóricos, hoje esta já não é olhada apenas como um obstáculo ao trabalho psicoterapêutico, mas como um instrumento fundamental na compreensão dos movimentos relacionais da sessão e das dinâmicas intrapsíquicas que neles se jogam. Numa compreensão relacional e intersubjectiva da psicoterapia, os movimentos contratransferenciais deixam de ser vistos como sendo apenas a expressão do mundo interno do psicoterapeuta, para neles se exprimirem também as vivências emocionais resultantes da interacção entre o terapeuta e o cliente. O que nos remete para a forma como o psicoterapeuta se pode ou não colocar lá e usar-se a si mesmo como instrumento. Se na relação terapêutica o funcionamento mental do terapeuta está inevitavelmente presente, este não é uma invariante (Ferro & Basile, 2009), antes está em constante alteração. Nesta relação terapêutica exprime-se a interacção entre o que acontece no aqui e agora da relação e aquilo que o terapeuta traz dentro de si, a etapa do ciclo vital em que se encontra, as vivências emocionais positivas e negativas, que os diferentes acontecimentos da sua própria vida implicam. O que faz com que a sua posição de observador-participante seja um desafio constante, remetendo-nos

não para o negar quem se é, mas sim para a importância de se aceitar essa presença inevitável da dimensão subjectiva (Luz, Keidann, & Zot, 2006), trazendo para primeiro plano a capacidade do psicoterapeuta acolher, integrar e transformar as suas próprias vivências emocionais. Desta forma, o trabalho sobre a contratransferência constitui-se como o mais pessoal de todos os instrumentos profissionais (Zaslavsky & Santos, 2006), sendo a sua compreensão um desafio ao crescimento pessoal e profissional do terapeuta.

O LUGAR DA PESSOA DO PSICOTERAPEUTA A PARTIR DA INVESTIGAÇÃO SOBRE A PSICOTERAPIA

Na investigação em psicoterapia, o estudo do lugar da pessoa do psicoterapeuta aparece associado ao estudo do efeito do terapeuta. São várias as meta-análises que indicam que, entre os factores que explicam os resultados psicoterapêuticos, o psicoterapeuta tem maior peso que a orientação teórica do tratamento (e.g., Barkham, Lutz, Lambert, & Saxon, 2017; Lambert, 2013; Norcross & Lambert, 2011). Aliás, a investigação diz-nos que a adesão a uma abordagem teórica ou a opção pela utilização de uma determinada técnica parece ter muito a ver com o que o psicoterapeuta é enquanto pessoa, nomeadamente a sua filosofia de vida e os seus valores pessoais (Vasco & Dryden, 1994) ou as suas experiências pessoais (Carvalho e Matos, 2011a).

Dos resultados da psicoterapia, 5% a 8% parecem poder ser atribuídos ao terapeuta (Barkham et al., 2017), sendo que alguns psicoterapeutas têm de forma consistente melhores resultados e outros consistentemente piores resultados. No entanto, a variância explicada parece aumentar para 17% quanto se tem em conta não apenas a redução dos sintomas, mas a melhoria global do cliente (Lutz et al., 2007). A importância do terapeuta parece ser mais evidente com clientes com maior perturbação ou mais desafiadores, quando comparados com outros com melhores níveis de funcionamento (Barkham et al., 2017). Não pretendemos fazer aqui a revisão sistemática da investigação nesta área, já abordada no capítulo 1.6

deste livro, queríamos apenas referir alguns dos aspectos que nos parecem mais relevantes no âmbito da temática deste capítulo.

Um primeiro aspecto remete-nos para o facto de que se sempre houve interesse pelo efeito do psicoterapeuta, este nem sempre tem sido suficientemente estudado, muitas vezes em detrimento do estudo dos diferentes modelos de psicoterapia (Lambert, 2013). Neste a influência dos elementos subjectivos da experiência humana e das relações é ainda muitas vezes olhada como fonte de erro a ser eliminada ou controlada (Orlinsky & Rønnestad, 2005). Mas se hoje já não é possível ignorar a pessoa do terapeuta, ainda se sabe pouco como esta se relaciona quer positiva quer negativamente com os resultados da psicoterapia (Lambert, 2013), estando a exploração dos seus efeitos no início (Wampold et al., 2017).

As revisões das investigações (e.g., Beutler et al., 2004; Wampold et al., 2017) parecem indicar que variáveis como sexo, idade, raça, tipo de formação ou experiência têm um impacto nulo ou diminuto, embora por vezes surjam resultados contraditórios, nomeadamente em relação à variável experiência, parecendo remeter para dificuldades com a sua definição e medida (Wampold et al., 2017).

Os resultados parecem ser mais consistentes quando as investigações se centram na forma como o terapeuta está na relação terapêutica. Os estudos falam-nos, entre outros, de aspectos como a capacidade de ser genuíno e empático (Elliott, Bohart, Watson, & Greenberg, 2011), flexível e aberto à experiência (Lambert, 2013), tolerante à incerteza e à frustração (Nissem-Lie et al., 2017), capaz de gerir as suas reacções contratransferenciais (Hayes, Gelso, & Hummel, 2011) e de se colocar em questão (Nissem-Lie et al., 2017). O que parece não ser ainda claro é se os psicoterapeutas mais competentes o são de forma uniforme ou em função das características do paciente e das suas problemáticas. Mas será possível perceber o lugar da pessoa do terapeuta sem se ter em conta a díade cliente/terapeuta e as dinâmicas relacionais que emergem entre ambos? E aqui surge como fundamental a capacidade de responsividade apropriada do terapeuta (Stiles & Horvath, 2017), isto é, a sua capacidade de ser para o cliente aquilo que este precisa que ele seja. No entanto, a resposta certa

em cada momento parece variar não só em função do cliente e da história da relação terapêutica, mas também daquilo que é o próprio terapeuta. O que leva a que diferentes terapeutas não possam nem devam responder exactamente da mesma forma, fazendo com que “a coisa certa não seja necessariamente sempre a mesma coisa” (Stiles & Horvath, 2017, p. 72). O que nos remete para a compreensão da maneira como as competências profissionais se interligam com a dimensão subjectiva e única de cada terapeuta e ganham forma em cada situação concreta. E, por isso, pensar o lugar da pessoa do terapeuta a partir da investigação sobre os efeitos do terapeuta talvez nos permita, também, dizer que não basta ter em conta as competências profissionais em si, sendo necessário perceber a forma e a qualidade da integração que cada um faz entre as dimensões profissionais e pessoais (Nisse-Lie et al., 2017).

Numa outra lógica de investigação, podem incluir-se alguns trabalhos de natureza mais qualitativa que procuram explorar as dimensões do *self* pessoal que os psicoterapeutas percebem como estando mais presentes no seu trabalho (e.g., Reupert, 2008) e relatos do impacto das experiências pessoais do terapeuta no processo terapêutico (e.g., Gerson, 1996), pondo em destaque a forma idiossincrática como cada um está e vive o seu papel de psicoterapeuta. Também nos trabalhos de investigação realizados em torno do desenvolvimento profissional do psicoterapeuta, a pessoa que este é ganha especial relevo.

O LUGAR DA PESSOA DO PSICOTERAPEUTA A PARTIR DOS ESTUDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS PSICOTERAPEUTAS

Quando pensamos em mudança e psicoterapia pensamos automaticamente em como os psicoterapeutas ajudam os outros no seu processo de mudança e, raramente, no como mudam os próprios psicoterapeutas. Contudo, a maioria dos profissionais muda a forma como trabalha tendo em conta o início de carreira e a sua formação inicial (Goldfried, 2001).

Nos estudos que procuram perceber os mecanismos subjacentes à construção do psicoterapeuta enquanto pessoa e conhecer os processos de mudança que se repercutem na sua prática profissional, destacam-se os trabalhos de membros da Society for Psychotherapy Research – Collaborative Research Network, que descrevem e relacionam características e práticas de psicoterapeutas de diferentes países, com diferentes orientações teóricas e níveis de experiência (Orlinsky & Rønnestad, 2005) e os trabalhos de Shovholt, Orlinsky, Rønnestad e Jennings (Shovholt & Rønnestad, 2013; Skovholt & Jennings, 2004), os quais, numa abordagem mais qualitativa, procuram estudar as representações que os terapeutas têm do seu desenvolvimento profissional, dando especial destaque ao estudo da expertise do psicoterapeuta.

Das investigações realizadas, verifica-se que a maioria dos psicoterapeutas experimenta mudanças em termos do desenvolvimento profissional associadas a uma percepção de maior eficácia na prática psicoterapêutica, sendo a experiência com os clientes o aspecto mais referido como principal fonte de mudança (Orlinsky & Rønnestad, 2005).

Através de um contínuo feedback, os clientes oferecem ao psicoterapeuta uma experiência única de aprendizagem. A supervisão, a psicoterapia pessoal e as experiências da vida pessoal são outros dos aspectos sentidos pelos psicoterapeutas como promotores do seu desenvolvimento profissional (idem). Estes parecem assumir maior importância quanto mais experiente for o psicoterapeuta (Orlinsky & Rønnestad, 2005), sendo que são as experiências mais intensas do ponto de vista emocional as que têm mais impacto no desenvolvimento profissional. A vivência de experiências que implicam sofrimento emocional, se podem ser inicialmente percebidas como geradoras de stress, quando há a possibilidade da sua integração são significadas pelos psicoterapeutas como geradoras de desenvolvimento, resultando em níveis mais elevados de empatia (Rønnestad & Skovholt, 2013). Este aspecto leva-nos a pensar no poder terapêutico que pode emergir da reflexão sobre as próprias feridas do psicoterapeuta, remetendo-nos para o conceito de *Curador Ferido* (Jung, 1963). O trabalho num ambiente de apoio, onde o psicoterapeuta possa

estar em contacto com outros profissionais num clima não dogmático que valorize o processo de pesquisa e a diversidade de abordagens, é também reportado como um elemento importante para o desenvolvimento do psicoterapeuta (Rønnestad & Skovholt, 2013). Estes resultados são particularmente interessantes, pois enfatizam a importância das relações interpessoais e da vida pessoal no desenvolvimento do psicoterapeuta, levando-nos, uma vez mais, a pensar neste enquanto um dos elementos da relação terapêutica, na qual se implica e é continuamente transformado.

Nos estudos que realizaram sobre o processo de desenvolvimento profissional, Skovholt e Rønnestad (2013) identificaram características comuns em psicoterapeutas, tendo proposto um modelo de desenvolvimento de cinco fases¹. Estas fases são marcadas por diferentes desafios e tarefas desenvolvimentais, ao longo das quais o psicoterapeuta vai percebendo e (re)definindo de forma cada vez mais autónoma o seu papel enquanto profissional. Este processo de desenvolvimento parece levar a um sentimento de menor ansiedade do psicoterapeuta na interacção com os clientes, resultado provável da criação de uma identidade profissional mais congruente com o seu *self* pessoal (incluindo crenças, valores, interesses e atitudes), permitindo-lhe utilizar as suas competências profissionais de forma mais autêntica. Para o psicoterapeuta mais experiente, a relação psicoterapêutica tende a assumir um papel cada vez mais crucial, podendo passar a utilizar as técnicas de forma mais personalizada e flexível (Rønnestad & Skovholt, 2013).

Nestes estudos, vários psicoterapeutas reportam que, com o tempo, chegaram a uma fase de “individuação profissional” em que o *self* profissional se aproximou do *self* pessoal, sendo as maiores influências no ser profissional, cada vez mais internas e menos externas. O desenvolvimento profissional óptimo parece envolver assim a integração do *self* pessoal num *self* profissional coerente, que se exprime de duas formas: uma cada vez maior consistência entre personalidade do terapeuta e as suas

¹ Fases identificadas: *fase do estudante iniciado, fase do estudante avançado, fase do profissional novato, fase do profissional experiente e fase do profissional sénior.*

crenças teóricas; e uma maior liberdade na escolha de métodos e técnicas a utilizar e dos papéis profissionais que deseja desenvolver (Rønnestad & Skovholt, 2013). Este processo de integração leva a um sentimento de maior congruência e surge muitas vezes a partir de mudanças significativas na vida pessoal do psicoterapeuta (Rønnestad & Skovholt, 2013).

Num estudo realizado por Carvalho e Matos (2011a e 2011b), o diálogo e a coerência entre o *self* pessoal e o *self* profissional surgem também como um elemento central na forma como os psicoterapeutas atribuem significado ao seu desenvolvimento profissional. O estilo profissional de cada psicoterapeuta surge da integração entre a teoria e o estilo pessoal, traduzindo-se numa vivência de maior empatia, genuinidade e autenticidade e aceitação dos seus limites e dos do outro. As experiências pessoais parecem ter impacto tanto na escolha da profissão, orientação teórica e áreas de intervenção, como na forma de estar na relação, nomeadamente na capacidade empática e na disponibilidade interna para a prática psicoterapêutica (Carvalho & Matos, 2011b).

Os terapeutas, quando não entram em ciclos de estagnação, mudam não só no domínio profissional mas também no domínio pessoal, nomeadamente na forma como se vêem a si, aos outros e ao que os rodeia. Esta ideia é sublinhada por Rogers (1961), quando ao falar do carácter circular da relação terapêutica refere como “estas experiências o modificaram, tornaram diferente e, segundo creio, mais sensível.” (p. 19). Ao longo da sua caminhada profissional, fruto do contacto com o sofrimento e o exercício da reflexividade, os psicoterapeutas relatam um maior conhecimento e aceitação de si mesmos enquanto pessoas, maior tolerância e admiração pelo ser humano, tendendo mesmo a relativizar algumas preocupações. A relação com aquilo que é único em cada ser humano proporciona ao psicoterapeuta um olhar mais tolerante ao que é diferente em si e nas suas experiências, reconhecendo ao outro e a si próprio o direito a escolher. O espaço reflexivo oferecido pelo *setting* terapêutico permite ao psicoterapeuta uma reflexão sobre o que o rodeia, o que parece levar a uma sensação de compreensão mais geral da sua vivência pessoal (Carvalho & Matos, 2011a), o que nos permite olhar o contexto

da psicoterapia como um contexto que é também de enriquecimento pessoal para o psicoterapeuta.

Pensar o lugar da pessoa do terapeuta a partir dos estudos sobre o seu desenvolvimento profissional permite-nos, assim, dizer que o “movimento inerente ao desenvolvimento do psicoterapeuta está muito para além do domínio da técnica, inscrevendo-se numa lógica de desenvolvimento humano e humanizado” (Carvalho & Matos, 2011b, p. 796). E, por isso, “tornar-se um psicoterapeuta competente não passa apenas pelo desenvolvimento de competências profissionais, tendo muito que ver com o tornar-se progressivamente cada vez mais humano” (Skovholt, Jennings, & Mullenbach, 2004, p. 140).

O LUGAR DA PESSOA DO PSICOTERAPEUTA – ALGUMAS REFLEXÕES EM JEITO DE CONCLUSÃO

Chegadas aqui, surgem-nos alguns aspectos que gostaríamos de salientar, em jeito de conclusão. O primeiro deles tem a ver com tensão entre a neutralidade objectiva e a subjectividade da pessoa que o psicoterapeuta é. Se tudo o que o psicoterapeuta faz e diz, o que pensa e sente, influencia a relação que se cria, como pensar a questão da sua neutralidade? Se são duas pessoas, numa relação feita de encontro e de autenticidade, qual o lugar da neutralidade? Talvez que esta passa antes de mais pela possibilidade do psicoterapeuta reconhecer a influência que aquilo que é como pessoa tem na relação, abrindo, assim, as portas à investigação e à compreensão dessa influência (Coderch, 2010). O que pressupõe uma ética relacional que implica toda a forma de estar na relação com o outro, trazendo para a ribalta a importância do funcionamento mental do psicoterapeuta e a forma como este está e se relaciona com o outro. O que nos remete inevitavelmente para a importância do seu desenvolvimento pessoal na formação do psicoterapeuta e para a capacidade que tem ou não de se pensar, abrindo-se à possibilidade de compreender os afectos, por vezes contraditórios, que o outro desperta em si.

Um outro aspecto está relacionado com o pensar a relação entre a técnica e a pessoa do psicoterapeuta. Talvez em psicoterapia não possamos falar de aplicação de uma técnica, mas sim da forma como o psicoterapeuta está e se implica na relação e nela integra determinada abordagem teórica ou técnica. O que nos permite dizer que estas são instrumentos, que levam a diferentes resultados em função da forma como são integradas pela pessoa que o psicoterapeuta é. E, por isso, mesmo terapias manuais levam a diferentes resultados em função do psicoterapeuta que as utiliza (Beutler et al., 2004), o que nos leva à forma como a técnica é integrada no estilo pessoal de cada terapeuta, ao longo do seu desenvolvimento profissional. Como já referimos, seria nas sinergias encontradas ou criadas entre estas duas dimensões que se enraizaria a congruência e autenticidade. O que nos leva a questionar a forma como o psicoterapeuta se usa a si no processo terapêutico, remetendo-nos para a questão da auto-revelação.

Os psicoterapeutas revelam-se em tudo o que fazem ou dizem (Greenberg, 1995). Revelam-se pelo seu corpo, pela forma como o vestem e o habitam, pela sua voz e pela forma como a usam, pelo tipo de intervenções que fazem, por aquilo a que estão atentos e escutam no outro e pela forma como lhe respondem. Não podemos não nos mostrar no que somos. E, por isso, a auto-revelação é algo inevitável, passando a escolha pela forma como esta realidade é integrada na prática clínica e utilizada ou não de forma deliberada. E aqui parece-nos importante recorrer à diferença que Meissner (2002), na senda de outros autores, faz entre a auto-revelação inevitável (*self-revelation*) e auto-revelação intencional (*self-disclosure*). Esta aparece na literatura (e.g., Knox & Hill, 2003; Meissner, 2002) como podendo ter a ver com aspectos da vida pessoal do psicoterapeuta e / ou aspectos relacionados com o vivido durante a sessão, remetendo-nos aqui para questões sobre o lugar da genuinidade/autenticidade do terapeuta ou da revelação dos movimentos contratransferenciais, enquanto instrumentos terapêuticos. E se são possíveis diferentes olhares sobre o seu lugar e pertinência, parece claro que a decisão deve ser sempre balizada pelas suas implicações no processo terapêutico.

A pessoa do terapeuta aparece assim intrinsecamente interligada com o que acontece no processo psicoterapêutico (Norcross & Lambert, 2011). A forma como está e intervém não só reflecte a sua subjectividade, como os elementos pessoais contidos nessas intervenções parecem ser fundamentais para se perceber o seu impacto terapêutico (Aron, 1996). E, no entanto, “se é verdade que em tudo o que o terapeuta faz se revela algo, é igualmente verdade que tudo o que faz esconde algo mais” (Greenberg, 1995, p. 195). Porque ser psicoterapeuta é também desempenhar um papel, ter uma identidade profissional, que ganha vida sempre em função da forma pessoal como cada um a organiza e lhe dá sentido na interacção com cada outro.

REFERÊNCIAS

- Aron, L. (1996). *A meeting of minds: Mutuality in psychoanalysis*. Hillsdale, NJ: Analytic Press.
- Barkham, M., Lutz, W., Lambert, M., & Saxon, D. (2017). Therapist Effects, Effective Therapists, and the Law of Variability. In L. Castonguay & C. Hill (Eds.), *How and why are some therapists better than others- understanding therapist effects* (pp. 13-36). Washington: APA.
- Beutler, L. E., Malik, M., Alimohamed, S., Harwood, T. M., Talebi, H., Noble, S., & Wong, E. (2004). Therapist variables. In M. J. Lambert (Ed.), *Bergin and Garfield's handbook of psychotherapy and behavior change* (5th ed.) (pp. 227-306). New York: Wiley.
- Carvalho, H. M. & Matos, P. M. (2011a). Ser e tornar-se psicoterapeuta. Parte I: Diálogo entre experiências pessoais e profissionais. *Psicologia: Ciência e profissão*, 31(1), 80-95.
- Carvalho, H. M. & Matos, P. M. (2011b). Ser e tornar-se psicoterapeuta. Parte II: Diálogo entre mudanças pessoais e profissionais. *Psicologia: Ciência e profissão*, 31(4), 778-799.
- Coderch, J. (2010). *La práctica de la psicoterapia relacional*. Madrid: Ágora Relacional.
- Elliott, R., Bohart, A., Watson, J., & Greenberg, L. (2011). Empathy. In J. C. Norcross (Ed.), *Psychotherapy Relationships that Work: Evidence - Based Responsiveness* (pp. 132-152). New York: Oxford University Press.
- Ferro, A. & Basile, R. (2009). *The analytic field*. London: Karnac.

- Gerson, B. (Ed.) (2009). *The therapist as a person. Life crises, life choices, life experiences and their effects on treatment*. New York: Routledge.
- Goldfried, M. R. (2001). *How therapist change – Personal and professional reflections*. Washington, DC: APA.
- Greenberg, J. (1995). Self-disclosure: Is It Psychoanalytic? *Contemporary Psychoanalysis* 31, 193-205.
- Hayes, J., Gelso, C., & Hummel, A. (2011). Managing Countertransference. In J. C. Norcross (Ed.), *Psychotherapy Relationships that Work: Evidence – Based Responsiveness* (pp. 239-260). New York: Oxford University Press.
- Jung, C. G. (1963). *Memories, dreams, reflections*. New York, NY: Pantheon Books.
- Knox, S. & Hill, C. (2003). Therapist self-disclosure: Research-based suggestions for practitioners. *Journal of Clinical Psychology*, 59, 529–539.
- Lambert, M. (2013). The efficacy and effectiveness of psychotherapy. In M. Lambert (Ed.), *Bergin and Garfield's Handbook of Psychotherapy and Behavior Change* (pp. 169-219). New Jersey: John Wiley & Sons.
- Lutz, W., Leon, S. C., Martinovich, Z., Lyons, J. S., & Stiles, W. B. (2007). The therapist effects in outpatient psychotherapy: A three-level growth curve approach. *Journal of Counseling Psychology*, 54(1), 32–39.
- Luz, A., Keidann, C., & Zot, J. (2006). Contratransferência e factores da vida pessoal do psicoterapeuta e/ou psicanalista. In J. Zaslavsky & M. Santos (Orgs.), *Contratransferência. Teoria e prática clínica* (pp. 264-284). Porto Alegre: Artmed.
- Meissner, W. (2002). The Problem of Self-Disclosure in Psychoanalysis. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 50 (3), 827- 867.
- Nissen-Lie, H. A., Rønnestad, M. H., Høglend, P. A., Havik, O. E., Solbakken, O. A., Stiles, T. C., & Monsen, J. T. (2017). Love yourself as a person, doubt yourself as a therapist? *Clinical psychology & psychotherapy*, 24(1), 48-60.
- Norcross, J. C. & Lambert, M. J. (2011). Evidence based therapy relationships. In J. C. Norcross (Ed.), *Psychotherapy Relationships that Work: Evidence – Based Responsiveness* (pp. 3-21). New York: Oxford University Press.
- Orlinsky, D. & Rønnestad, M. (2005). *How Psychotherapists Develop: A Study of Therapeutic Work and Professional Growth*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Renik, O. (1993). Analytic interaction: conceptualizing technique in light of the analyst's irreducible subjectivity. *Psychoanalytic Quarterly*, 62, 553-571.

- Reupert, A. (2008). A trans-disciplinary study of the therapist's self. *European Journal of Psychotherapy and Counselling*, 10(4), 369-383.
- Rogers, C. (1957). The necessary and sufficient conditions of therapeutic personality change. *Journal of Consulting Psychology*, 21, 95-103.
- Rogers, C. (1961). *On Becoming a Person: A therapist's view of psychotherapy*. Boston: Houghton Mifflin Company.
- Rønnestad, M. H. & Skovholt, T. M. (2013). *The developing practitioner – Growth and stagnation of therapists and counselors*. London: Routledge.
- Skovholt, T. M., Jennings, L., & Mullenbach, M. (2004). Portrait of the master therapist: Developmental model of the highly- functioning self. In T. M. Skovholt & L. Jennings (Ed.), *Master therapists: Exploring expertise in therapy and counseling* (pp. 125-146). Boston: Allyn & Bacon.
- Skovholt, T. M. & Jennings, L. (Ed.) (2004). *Master therapists: Exploring expertise in therapy and counseling*. Boston: Allyn & Bacon.
- Stiles, W. & Horvarth, A. (2017). Appropriate Responsiveness as a Contribution to Therapist Effects. In L. Castonguay & C. Hill (Eds.), *How and why are some therapists better than others – understanding therapist effects* (pp. 71-84). Washington: APA.
- Vasco, A. B. & Dryden, W. (1994). The development of psychotherapists' theoretical orientation and clinical practice. *British Journal of Guidance and Counselling*, 22(3), 327-341.
- Wampold, B., Baldiwn, S., Holtforth, M., & Imel, Z. (2017). What Characterizes Effective Therapists? In L. Castonguay & C. Hill (Eds.), *How and why are some therapists better than others – understanding therapist effects* (pp. 37-54). Washington: APA.
- Winnicott, D. (1949). Hate in the countertransference. *The International Journal of Psychoanalysis*, 30, 69-74.
- Zaslavsky, J. & Santos, M. (2006). Tendências atuais da contratransferência. In J. Zaslavsky & M. Santos (Orgs.), *Contratransferência. Teoria e prática clínica* (pp. 30-55). Porto Alegre: Artmed.